

## Diário Comércio Indústria & Serviços

15/12/2005

### Leilão de energia nova testará a atratividade atual do setor elétrico

Wellington Bahnemann

O grande teste do novo modelo do setor elétrico ocorrerá amanhã, no Rio de Janeiro, com o primeiro leilão de energia nova. A Eletrobrás, por meio de suas subsidiárias, é apontada como o grande favorita para levar a concessão das novas hidroelétricas, com a provável desistência dos grandes investidores privados, como CPFL Energia e Energias do Brasil. O centro da polêmica é o preço teto de R\$ 116/MWh para a energia nova, valor considerado insuficiente para garantir o retorno dos investimentos. Para o governo, a expectativa é que a licitação garanta o abastecimento energético a partir de 2010. Este ponto será dificultado com a ausência dos maiores empreendimentos. Da lista inicial de 17 projetos - totalizando 2,8 mil MW -, apenas 10 obtiveram a licença prévia ambiental até o fechamento desta edição, o que abrirá espaço para usinas botox (construídas até 2000, mas com energia descontratada até 2004) e para as térmicas. "O resultado do leilão permitirá determinar o risco de déficit de energia", avalia Paulo Ludmer, diretor-executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), entidade que representa 66 grupos responsáveis por 20% do consumo de energia do País. Entre os investidores, a expectativa não é otimista. Para Cláudio Salles, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), provavelmente o leilão não produzirá os efeitos esperados: atrair investimentos privados significativos e revelar o preço real da energia no Brasil.

Segundo Rosângela Ribeiro, analista do setor elétrico da ABN AMRO Real Corretora, não é possível precisar se o pleito dos investidores é correto, uma vez que o mercado não conhece o custo de capital de cada empresa. Ela destaca, porém, que a linha de financiamento criada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contribuirá para reduzir o custo de captação de recursos. "O presidente do BNDES, Guido Mantega, afirmou que o spread caiu de 8% para 3,5%, o que é positivo", explica

Ribeiro lembra que o grupo Eletrobrás foi o único player, até o momento, que não se manifestou contra o preço fixado pelo governo. Por isso, ela acredita que "as subsidiárias da Eletrobrás deverão conquistar o maior número de empreendimentos do leilão", conclui. Se a Eletrobrás construir os empreendimentos a partir de um preço considerado inviável, Sales acredita que isso trará uma sinalização ruim ao setor. "Em primeiro lugar, haverá uma distorção dos princípios de competição, elevando a tarifa. Economicamente, não trará uma sinalização positiva. O consumidor irá pagar essa conta. Se for para subsidiar o preço da energia, que seja de maneira transparente."

Em relação ao licenciamento, a questão segue indefinida. O prazo final para que o empreendimento conseguisse a LP expirou ontem, mas o governo só irá divulgar a lista hoje. Até o momento, as usinas aptas são: Baguari (MG, 140 MW), Retiro Baixo (MG, 82 MW), Simplício (RJ/ES, 324,8 MW), Foz do Rio Claro (GO, 67 MW), Passo São João (RS, 81 MW), São José (RS, 45 MW), Paulistas (GO, 52,5 MW), Mauá (PR, 382,2 MW), Cambuci (RJ, 50 MW) e Barra da Pomba (RJ, 80 MW). Para estes dois últimos projetos, a licença foi liberada com uma série de condicionantes, que deverão ser cumpridas até a concessão da licença de instalação. Mauá ainda corre o risco de não ser licitada. Ontem, o Ministério Público Federal em Londrina entrou com pedido na Justiça Federal para excluir o projeto leilão sob a alegação que a construção da usina afetaria comunidades indígenas, ponto ignorado pelos estudos ambientais. De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), 141 empresas se credenciaram para o leilão: 113 como vendedores e 28 como compradores. Para a disputa das novas usinas, 33 empreendedores se habilitaram. A lista final também será divulgada hoje pelo governo. Ontem também expirou o prazo para que as companhias depositassem as garantias financeiras para participar da licitação.

O leilão de energia nova ocorrerá em três etapas: na primeira os investidores disputarão as novas concessões. Os vencedores estarão classificados para a segunda fase, na qual comercializarão os

montantes de energia dos novos empreendimentos juntamente com as usinas botox, térmicas e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Nesta etapa, haverá a classificação das ofertas dos vendedores. Na última fase, ocorrerão os lances com o menor preço.